



### **Cláusula 3ª - DO VALOR DA REMUNERAÇÃO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

3.1. A remuneração pela prestação dos serviços será idêntica para todas as instituições financeiras credenciadas e corresponderá ao valor apresentado abaixo:

3.1.1. R\$ 3,15 (três reais e quinze centavos) por documento recebido na modalidade Guichês de Caixa;

3.1.2. R\$ 2,10 (dois reais e dez centavos) por documento recebido na modalidade canal alternativo, ou seja, caixa eletrônico, internet banking, banco 24 horas, telefone e aplicativos para celular;

3.1.3. R\$ 2,10 (dois reais e dez centavos) por documento recebido na modalidade Lotérico ou Correspondente Bancário;

3.1.4. R\$ 2,10 (dois reais e dez centavos) por documento recebido na modalidade Débito Automático.

3.2. Para esta definição foram tomadas as taxas que já estão sendo aplicadas nos contratos oriundos da Chamada Pública 02/2017.

3.3. No caso de renovação de contrato, os preços acima **PODERÃO SER** reajustados pelo IGPM/FGV/SP acumulado no período de vigência do contrato.

3.4. Nos preços deverão estar incluídas, além do lucro, todas as despesas de custos de: materiais, mão de obra, equipamentos, transportes, cargas, seguros, salários, encargos sociais e trabalhistas, limpeza do local, custos e benefícios, taxas e impostos, e quaisquer outras despesas, direta ou indiretamente relacionadas com a execução dos serviços.

3.5. Prazo máximo para início dos serviços: IMEDIATO após assinatura do contrato.

3.6. Notas explicativas importantes:

3.6.1. Todos os valores, custos e preços ofertados terão como expressão monetária a moeda corrente do país.

### **Cláusula 4ª - DO PRAZO CONTRATUAL**

4.1. Este contrato vigorará até **12 (doze) meses corridos**, contado da data de sua celebração, contado da data de sua celebração, podendo ser prorrogado por até 60 (sessenta) meses corridos e consecutivos, nos moldes do disposto no artigo 57, da Lei Federal Nº: 8.666/93 e alterações se houver interesse das partes, mediante aviso prévio escrito.

### **Cláusula 5ª - DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

5.5. Obrigações da CONTRATADA:

5.5.1. Caso a Instituição Financeira não repasse o valor dos pagamentos realizados pelos consumidores e/ou devedores, assumirá a responsabilidade pelo valor total não repassado, inclusive seus acréscimos;

5.5.2. Os serviços deverão ser prestados a partir da assinatura do contrato, devendo para tanto, a Instituição Financeira disponibilizar o meio pelo qual os arquivos eletrônicos serão transmitidos;

5.5.3. A forma de prestação dos serviços deverá obedecer rigorosamente o disposto no Anexo I - Termo de Referência;

5.5.4. Havendo qualquer divergência apurada pela PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA GERTRUDES, a instituição financeira terá 02 (dois) dias úteis, após a notificação, para efetuar a correção sobre a diferença apurada no valor do repasse.

5.5.5. A Instituição Financeira credenciada prestará serviços de arrecadação de impostos e taxas e demais receitas municipais de titularidade da PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA GERTRUDES, de acordo com as estipulações do Edital e do Contrato.

5.5.5.1 - A prestação dos serviços de arrecadação de documentos na modalidade código de barras no padrão FEBRABAN – não compensável – através do canal guichês de caixa e/ou canais alternativos e através da modalidade de débito automático em conta será realizada pela Instituição Financeira, por suas subsidiárias, agências bancárias e outras representações, devendo a Instituição Financeira optar no ato do Credenciamento pela realização de quaisquer modalidades de arrecadação, não sendo admitida a opção de arrecadação exclusiva por “débito automático”.

5.5.5.1.1 – Entende-se por canais alternativos de arrecadação para efeitos deste Credenciamento: caixa eletrônico, internet banking, banco 24 horas, telefone e aplicativo para celular.

5.5.6 - O repasse de arrecadação, com respectiva prestação de contas por transmissão eletrônica de dados, em favor da PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA GERTRUDES, deverá ser realizado de forma diária e centralizada pela Instituição Financeira.

5.5.7. A Instituição Financeira não poderá restringir a arrecadação de impostos e taxas e demais receitas municipais da PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA GERTRUDES de clientes e não clientes das respectivas instituições, nem tão pouco reduzir o horário de recebimento desses documentos.

5.5.8. São obrigações da Instituição Financeira que optar pela arrecadação de documentos pela modalidade código de barras no padrão FEBRABAN (não compensável) através do canal guichês de caixa e canais alternativos, e pela modalidade de débito automático em conta:

I – Arrecadar impostos e taxas e demais receitas municipais através dos documentos emitidos pelo PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA GERTRUDES, no padrão FEBRABAN, que estejam com todos os campos de informações obrigatórios devidamente preenchidos, sem emendas ou rasuras, por qualquer canal de atendimento pelo qual se processe o pagamento, nos termos deste Credenciamento, inclusive após o vencimento;

II – Arrecadar em toda sua rede de agências, postos bancários e outras representações, inclusive as que vierem a ser inauguradas, após a assinatura do CONTRATO;

III – Apresentar a PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA GERTRUDES, no ato da assinatura do CONTRATO, meios necessários à implementação da prestação de serviços ora contratada, em especial o programa de transmissão eletrônica de dados a ser utilizado e a relação de todas as receitas enviadas, informando na vigência do contrato qualquer alteração que venha a ocorrer;

IV – Comunicar formalmente a PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA GERTRUDES, com a maior brevidade possível, a ocorrência de avarias, danos, reparações ou modificações ocorridas no sistema de recolhimento da Instituição Financeira, que resultem em descontinuidade de arrecadação em modalidade de pagamento colocado à disposição do consumidor, ou na modificação de qualquer processo que tenha reflexo nos serviços objeto do CONTRATO;

V – Obter as informações nos documentos de arrecadação pela leitura do código de barras no padrão FEBRABAN ou pela digitação da respectiva representação numérica;

VI – Não cobrar, em hipótese alguma, qualquer taxa ou tarifa do contribuinte e/ou devedor, pela recepção, processamento e pagamento de suas obrigações;

- VII – Autenticar o documento de arrecadação, em todas as suas vias, ou emitir um recibo da recepção do pagamento, contendo o número de autenticação caixa ou código de transação, valor e data de pagamento, além da representação numérica do código de barras;
- VIII – Manter os documentos de arrecadação arquivados, preferencialmente, por um período de a 90 (noventa) dias;
- IX – Formar cadastro dos clientes que optaram pelo débito automático em conta através de suas agências;
- X – Atualizar o cadastro (inclusões/exclusões), encaminhando a PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA GERTRUDES arquivo eletrônico, contendo os clientes optantes e não optantes, para que se efetue o devido acerto (parcial ou global) nos registros da Prefeitura;
- XI – Requisitar autorização expressa de seus clientes, de forma escrita ou meio eletrônico, para o processamento de débito automático de despesas em sua conta;
- XII – Processar o arquivo eletrônico de remessa recebido da PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA GERTRUDES (movimento de débito), efetuando os débitos nas contas dos clientes, nas datas de vencimentos (ou no dia útil imediatamente posterior quando o vencimento ocorrer aos sábados, domingos, feriados nacionais, feriados bancários e feriados municipais) identificadas nos arquivos, no caso da existência de saldos suficientes em conta;
- XIII – Enviar a PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA GERTRUDES, até as 09h00min (nove) horas do primeiro dia útil subsequente a arrecadação, arquivo(s) digital de retorno, com os recebimentos do dia útil anterior por documentos com código de barras, através de programa de transmissão eletrônica de dados;
- XIV - Enviar a PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA GERTRUDES, até as 09h00min (nove) horas do primeiro dia útil subsequente a arrecadação, arquivo(s) digital de retorno, com os recebimentos por débito automático, através de programa de transmissão eletrônica de dados;
- XV – Arcar com os eventuais custos do referido programa de transmissão eletrônica de dados;
- XVI – Encaminhar a PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA GERTRUDES no arquivo eletrônico de retorno de débito automático o que foi e o que não foi debitado, de acordo com os códigos estabelecidos;
- XVII – Efetuar o repasse do produto da arrecadação de impostos e taxas e demais receitas municipais da PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA GERTRUDES, independentemente da forma de arrecadação, através do Sistema de Pagamentos Brasileiro – SPB, até as 09h00min horas do segundo dia útil seguinte à data de arrecadação (D+2), a crédito da conta corrente a ser informada posteriormente pela PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA GERTRUDES;
- XVIII – Remeter, em caso de incorreção de dados, as informações regularizadas no prazo de 02 (dois) dias úteis, contado a partir do horário de recebimento da comunicação de rejeição, sem prejuízo das penalidades previstas no contrato;
- XIX – Remunerar a PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA GERTRUDES, no caso do produto da arrecadação diária não ser repassado no prazo determinado no inciso XVII, do dia útil seguinte ao prazo previsto até o dia do efetivo repasse, com base na variação da Taxa Referencial de Títulos Federais, do dia útil anterior ao do repasse, exceto quando da ocorrência de feriado, onde o PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA GERTRUDES mantém a centralização do repasse;
- XX – Comunicar a PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA GERTRUDES, quando constatar que o valor repassado decorreu de pagamento indevido, realizado mediante fraude perpetrada por qualquer meio de pagamento ou erro de processamento/digitação do código de barras, solicitando o reembolso da respectiva importância, mediante apresentação de pedido específico, acompanhado da documentação comprobatória da ocorrência;
- XXI - Cumprir as normas estabelecidas na legislação específica do Município, bem como nos instrumentos normativos que vierem a ser publicados para regular o procedimento concernente aos serviços de arrecadação objeto do CONTRATO, o que dependerá de prévia ciência das partes, por escrito;

XXII – Fornecer a PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA GERTRUDES, obrigatoriamente nas eventuais renovações de contratos e/ou sempre que solicitadas, certidões negativas de encargos trabalhistas, fiscais e previdenciários;

XXIII – Disponibilizar a PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA GERTRUDES os documentos e as informações necessárias para a verificação dos procedimentos de arrecadação, ficando a Instituição Financeira obrigada a resolver eventual irregularidade, inclusive reprocessando a informação contida nos arquivos auditados, no prazo máximo de 30 (trinta) dias;

XXIV – Manter as informações de transmissão de arrecadação em meio eletrônico por um período mínimo de 180 (cento e oitenta) dias;

XXV – Reenviar os arquivos de retorno em até 02 (dois) dias corridos sempre que solicitado pela contratante;

XXVI – Informar os números para contato telefônico com as centrais de apoio aos serviços de transmissão dos arquivos de retorno, bem como os endereços eletrônicos também utilizados pelas mesmas, e ainda atualizá-los sempre que houver modificações destes.

XXVII – Os documentos ou títulos vencidos somente poderão ser pagos na agência local do Banco do Brasil, com a incidência de multa de 0,33% ao dia, limitada a 10% e juros de 1% ao mês.

5.5.9. São obrigações da Instituição Financeira que optar pela arrecadação exclusiva de documentos na modalidade código de barras no padrão FEBRABAN (não compensável) através do canal guichês de caixa e canais alternativos:

I – Atender aos itens I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, XIII, XV, XVII, XVIII, XIX, XX, XXI, XXII, XXIII, XXIV, XXV, XXVI e XXVII da cláusula 3.2 do Termo de Referência.

5.5.10. São obrigações da Instituição Financeira que optar pela arrecadação exclusiva através da modalidade de débito automático em conta: I – Atender aos itens III, IV, VI, IX, X, XI, XII, XIV, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXI, XXII, XXIII, XXIV, XXV, XXVI e XXVII da cláusula 3.2 do Termo de Referência.

5.5.11. na modalidade código de barras no padrão FEBRABAN através de canais alternativos, e pela modalidade de débito automático em conta: I – Atender aos itens II, III, IV, V, VI, VII, IX, X, XI, XII, XIII, XIV, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXI, XXII, XXIII, XXIV, XXV, XXVI e XXVII da cláusula 3.2 do Termo de Referência.

5.5.12. O repasse de que trata o Inciso XVII, da Cláusula 3.2 do Termo de Referência deverá corresponder ao valor da arrecadação já deduzido o valor das tarifas correspondentes, expedindo aviso (entenda-se memória de cálculo das tarifas cobradas), disponibilizado por alguma forma eletrônica, no qual se demonstrará o valor bruto, o valor relativo à tarifa, o valor líquido depositado e a quantidade de documentos processados, separados por modalidade e canais, conforme Item 7 e 11 do Edital, admitindo-se forma alternativa, desde que com anuência da PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA GERTRUDES.

I – Havendo qualquer divergência apurada pela PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA GERTRUDES, a instituição financeira terá 02 (dois) dias úteis para efetuar a correção após a comunicação, corrigindo-se a diferença apurada no valor do repasse seguinte.

5.5.13. É vedado à Instituição Financeira:

I – Utilizar, revelar ou divulgar, no todo ou em parte, ainda que para uso interno, informações ou documentos vinculados à prestação de serviços para a PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA GERTRUDES;

II – Deduzir valores sem a autorização expressa da PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA GERTRUDES, admitindo-se em relação ao Banco do Brasil S/A e à Caixa Econômica Federal o débito/estorno na conta bancária, seguida de comunicação a PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA GERTRUDES, para os devidos registros contábeis;

III – Receber o pagamento de impostos, taxas e demais receitas mediante cheque, que não seja do próprio consumidor e/ou com valor diferente do documento de arrecadação e sem vinculação ao pagamento, mediante anotação em seu verso da matrícula e da referência paga.

5.5.14.. Não será considerada como repassada a arrecadação:

I – Enquanto o arquivo das transações remetido pela Instituição Financeira não for recebido pela PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA GERTRUDES;

II – Quando o valor constante do arquivo das transações for diferente do valor depositado, e enquanto perdurar a irregularidade.

5.6. SÃO OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

I - Expedir normas e procedimentos de verificação e controle da consistência das informações relativas ao recebimento de tributos municipais e demais receitas da PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA GERTRUDES;

II – Especificar o protocolo de comunicação a ser utilizada na transmissão eletrônica de dados;

III – Estabelecer as especificações técnicas para a captura e envio das informações, conforme as condições estabelecidas no padrão FEBRABAN (não compensável) de código de barras;

IV – Remunerar a Instituição Financeira pelos serviços efetivamente prestados, conforme a Cláusula 3.6 do Termo de Referência;

V – Colocar à disposição dos consumidores as informações necessárias para que estes possam efetuar seus pagamentos;

VI – Providenciar a impressão do demonstrativo de débito com o valor a ser debitado e o envio do mesmo ao domicílio do interessado, com a devida antecedência com relação data do vencimento, com mensagem indicativa da forma de quitação;

VII – Encaminhar arquivo eletrônico de remessa para débito nas contas dos clientes que optaram pelo sistema, com 04 (quatro) dias úteis de antecedência da data do vencimento;

VIII – Manter cópia do arquivo eletrônico de remessa enviado à Instituição Financeira para substituição na eventualidade de danificação do mesmo;

IX – Aceitar a data mais recente de cadastramento no caso de encargo que já conste do cadastro da empresa como débito automático ao receber novo cadastro para o mesmo cliente

5.7. A CONTRATADA reconhece por este instrumento que é a única e exclusiva responsável por danos ou prejuízos que possam causar à PREFEITURA, coisas ou pessoas de terceiros, correndo às suas expensas, sem quaisquer ônus para a PREFEITURA, ressarcimento ou indenização que tais danos ou prejuízos, nos termos do Código Civil Brasileiro e legislação pertinente.

5.8. A CONTRATADA obriga-se a permitir a fiscalização municipal, possibilitando verificar a procedência e a qualidade dos serviços entregues.

5.9. A PREFEITURA, através da Secretaria Municipal de Finanças e Patrimônio, poderá em qualquer ocasião, exercer a mais ampla fiscalização dos serviços, reservando-se o direito de rejeitá-los a seu critério, quando não forem considerados satisfatórios, devendo a CONTRATADA refazê-los às suas expensas.

5.10. Constatadas irregularidades no objeto contratual, a PREFEITURA poderá:

5.10.1. Se disser respeito à especificação, rejeição por quaisquer motivos, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

5.10.2. Na hipótese de substituição, a CONTRATADA deverá fazê-la em conformidade com a indicação do órgão requisitante, no prazo máximo de 02 (duas) horas, após a constatação da irregularidade;

5.10.3. Se disser respeito à diferença de quantidade, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

5.10.4. Na hipótese de complementação, a CONTRATADA deverá fazê-la em conformidade com a indicação da PREFEITURA, no prazo máximo de 02 (duas) horas, após a constatação da irregularidade.

#### **Cláusula 6ª - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

6.1. O credenciado ficará sujeito as seguintes penalidades, por inobservância as condições estabelecidas neste Edital e no Contrato:

6.1.1. Advertência escrita com prazo para sanar a pendência;

6.1.2. Aplicação de multa no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), dobrada em caso de reincidência;

6.1.3. Sanções previstas na Lei 8.666/93.

#### **Cláusula 7ª - DA RESCISÃO CONTRATUAL**

7.1. Este contrato será rescindido total ou parcialmente pela PREFEITURA, de pleno direito, em qualquer tempo, isento de qualquer ônus ou responsabilidade, independentemente de ação, notificação ou interpelação judicial, sem que à PERMISSIONÁRIA, assista o direito a qualquer indenização, se esta:

7.1.1. Falir, entrar em concordata, tiver a sua empresa dissolvida ou deixar de existir;

7.1.2. Transferir, no todo ou em parte, o presente contrato, sem prévia autorização da PREFEITURA;

7.1.3. Paralisar os serviços durante um período de 10 (dez) dias consecutivos;

7.1.4. Sem justa causa (a critério da PREFEITURA), suspender a prestação dos serviços;

7.1.5. Agir com dolo ou culpa ou mediante simulação ou fraude na execução do contrato.

7.2. A CONTRATADA reconhece os direitos da PREFEITURA, em caso de rescisão administrativa, de acordo com o disposto no artigo 80, da Lei Federal Nº: 8.666/93 e alterações.

#### **Cláusula 8ª - DOS RECURSOS FINANCEIROS**

8.1. As despesas originadas por esta licitação serão atendidas pela seguinte dotação orçamentária:

8.1.1. Dotação: 04.123.0001.2003 - 3.3.90.39. – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica;

8.2. A dotação elencada acima consta do orçamento-programa para exercício econômico e financeiro de 2020.

#### **Cláusula 9ª - DOS REAJUSTES DE PREÇOS**

9.1. Conforme dispõe a Lei Federal Nº: 8.880/94, os preços não sofrerão reajustes pelo prazo de 01 (um) ano, contado da data da celebração do contrato

9.1.1. Os preços **PODERÃO SER** reajustados depois de cumprido o prazo do item 8.1, utilizando-se como parâmetro de reajuste o IGPM/FGV/SP – Índice Geral de Preços de Mercado da Fundação Getúlio Vargas/SP, ou outro índice que vier a substituí-lo a critério da Prefeitura.

### **Cláusula 10ª - DO SUPORTE LEGAL**

10.1. Este Edital de Chamamento é regulado pelos seguintes dispositivos legais:

- 10.1.1. Constituição Federal;
- 10.1.2. Lei Orgânica Municipal;
- 10.1.3. Lei Federal Nº: 8.666/93;
- 10.1.4. Lei Federal Nº: 8.880/94;
- 10.1.5. Lei Federal Nº: 8.883/94;
- 10.1.6. Lei Federal Nº: 9.032/95;
- 10.1.7. Lei Federal Nº: 9.069/95;
- 10.1.8. Lei Federal Nº: 9.648/98;
- 10.1.9. Lei Federal Nº: 9.854/99;
- 10.1.10. Lei Complementar Nº: 123/2006;
- 10.1.11. Lei Federal Nº: 12.440/2011;
- 10.1.12. Lei Complementar 147/2014;
- 10.1.13. Decreto nº 8.302, de 4 de setembro de 2014;
- 10.1.14. Portaria MF nº 358, de 5 de setembro de 2014;
- 10.1.15. Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.751, de 2 de outubro de

2014;

10.1.16. Demais disposições legais passíveis de aplicação, inclusive subsidiariamente, os princípios gerais de Direito.

### **Cláusula 11ª - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS**

11.1. A CONTRATADA assume a exclusiva responsabilidade pelo pagamento de salários, encargos trabalhistas e previdenciários advindos da legislação vigente, sendo que o pessoal por ela designado para trabalhar na execução do objeto deste contrato de permissionamento, não terá vínculo empregatício algum com a PREFEITURA.

11.2. É expressamente vedada a transferência **TOTAL OU PARCIAL** do credenciamento.

11.2.1 Os serviços referentes ao objeto deste Edital, só poderão ser efetuados pela instituição financeira que efetivamente se credenciou nesse processo e por seus agentes arrecadadores, não podendo transferir esta incumbência a outras empresas, mesmo que essas empresas façam parte do grupo societário.

11.3. A CONTRATADA assume total responsabilidade pela execução integral deste contrato, sem direito a qualquer ressarcimento por despesas decorrentes de custos não previstos em sua proposta quer decorrentes de erro ou omissão de sua parte.

11.4. As dúvidas surgidas na aplicação no presente Instrumento Convocatório, bem como os casos omissos, a gestão dessa licitação e do contrato serão resolvidas pela Secretária Municipal de Finanças e Patrimônio – Ana Alves e Silva.

11.5. Este contrato será rescindido total ou parcialmente pela PREFEITURA, de pleno direito, em qualquer tempo, isento de qualquer ônus ou responsabilidade, independentemente de ação, notificação ou interpelação judicial, sem que a CONTRATADA, assista o direito a qualquer indenização, se esta:

11.5.1. Falir, entrar em concordata, tiver a sua empresa dissolvida ou deixar de existir;

11.5.2. Transferir, no todo ou em parte, o presente contrato, sem prévia autorização da PREFEITURA;

11.5.3. Paralisar os serviços durante um período de 10 (dez) dias consecutivos;



11.5.4. Sem justa causa (a critério da PREFEITURA), suspender a prestação dos serviços;

11.5.5. Agir com dolo ou culpa ou mediante simulação ou fraude na execução do contrato.

11.6. A CONTRATADA reconhece os direitos da PREFEITURA, em caso de rescisão administrativa, de acordo com o disposto no artigo 80, da Lei Federal Nº: 8.666/93 e alterações.

11.7. A PREFEITURA poderá, através de comunicação escrita e por prazo nunca inferior a 90 (noventa) dias, retomar, sem indenização de qualquer espécie, o referido credenciamento, desde que o mesmo esteja sendo explorado em desconformidade com o estipulado por este contrato, bem como se o mesmo se revelar insuficiente para o atendimento dos usuários, ou, ainda, se deixar de atender ao interesse público.

11.8. Não havendo mais interesse da CONTRATADA em explorar o objeto do credenciamento, a mesma deverá comunicar a PREFEITURA com antecedência, estabelecendo um prazo mínimo de 30 (trinta) dias para o encerramento das atividades, sem que lhe caiba qualquer tipo de indenização a título de ressarcimento de despesas ou investimentos.

11.9. O e-mail indicado pela empresa, será cadastrado para envio de quaisquer informações pertinentes a esse certame, e, será considerado como documentação oficial de recebimento das mesmas.

11.10. Fica eleito o Foro desta Comarca de Rio Claro/SP para solução em primeira instância, de quaisquer questões suscitadas na execução deste contrato não resolvidos administrativamente.

11.11. Lido e achado conforme assinam este instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, as partes e as testemunhas.

**Rogério Pascon**  
**Prefeito Municipal**

**Contratada**

Testemunhas:

1. Ana Maria Garcia Pimenta;

2. Rafael Stabellini Colabone;